



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/12/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
1.2. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADORES.....	4 - 5
2.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	6
2.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	7
2.4. TJ-MA 200 ANOS.....	8
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. JUÍZES.....	9
3.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	10
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CNJ.....	11 - 14
4.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	15
4.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	16 - 18
4.4. VARA CÍVEL.....	19

Juiz corregedor José Américo defende o aperfeiçoamento da Justiça

PÁGINA 3

Juiz corregedor José Américo defende o aperfeiçoamento da Justiça

Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, José Américo Abreu

Empossado na última segunda-feira (23), no cargo de Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, o juiz José Américo Abreu Costa enfatizou que a dinâmica social exige uma Justiça cada vez mais atuante e que é preciso trabalhar de forma contínua para o aprimoramento dos serviços judiciais.

Com 22 anos de magistratura, José Américo chega à Corregedoria afirmando estar entusiasmado em poder colaborar com a melhoria da administração judiciária. Destaca que somente o trabalho com seriedade e determinação resultará na oferta de uma Justiça cada vez mais ágil e mais célere ao cidadão.

O magistrado assinalou, ainda, que os demais colegas que compõem o quadro de juizes corregedores seguirão as diretrizes traçadas pela corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, voltadas para a valorização da magistratura de 1º grau e ampliação do acesso dos cidadãos ao Sistema de Justiça.

CURRÍCULO – Formado pela Universidade Federal do Maranhão, foi juiz das comarcas de Riachão, Alcântara, São Bento e Imperatriz. No ano de 2000 foi transferido para São Luís, onde ocupou os cargos de Juiz

Coordenador dos Juizados Especiais e Juiz Auxiliar em varas de execução penal, criminal, fazenda pública e 1º Juizado Especial Cível.

Desde de 2006 ocupava, como juiz titular, a 1ª Vara da Infância e da Juventude. Na unidade judicial José Américo será substituído pela juíza Lívia Aguiar, recentemente transferida do Termo Judiciário de São José de Ribamar para São Luís.

O juiz corregedor é membro da Comissão de Penas Alternativas do Ministério da Justiça e integra o Conselho de Autoridades Centrais da Presidência da República. Em 2008, exerceu a função de juiz auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

Pós-graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra, é, também, especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Faculdade Estácio de Sá.

José Américo é autor e co-autor de trabalhos científicos na área do Direito. Como reconhecimento de sua trajetória, foi homenageado pelo Unicef, Polícia Militar do Maranhão, Bombeiros Militar do Maranhão e Exército Brasileiro. Em 2013, foi vencedor do concurso AMB de Literatura de 2013.



Sinproesemma vai à justiça contra descontos do Sintsep

Os contracheques dos trabalhadores em educação da rede estadual do Maranhão estão apresentando descontos retroativos aos anos de 2011 a 2013 para o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Maranhão (SINTSEP). Diante do fato, a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública (SINPROEEMMA) esclarece que o recolhimento para

o SINTSEP é indevido e adianta que está recorrendo à Justiça para devolução dos valores.

O presidente do SINPROEEMMA, Júlio Pinheiro, explica que o recolhimento do Imposto Sindical, correspondente a um dia de trabalho remunerado durante um ano, só pode ser efetuado em favor da entidade que representa determinado segmento frente ao Poder

Público. "Esses descontos não têm nenhuma validade e são totalmente indevidos, pois o SINTSEP não tem legitimidade de representar os trabalhadores em educação pública do Maranhão", enfatiza.

A Assessoria Jurídica do SINPROEEMMA tomou conhecimento que o desconto realizado no mês de dezembro foi motivado por uma ação judicial que tramita na 1ª

Vara da Fazenda Pública, de autoria do SINTSEP, onde requer o imposto sindical de todos os servidores públicos do Estado do Maranhão, incluindo professores, especialistas e funcionários de escola. "Vamos ajuizar um mandado de segurança para devolver todas as quantias aos trabalhadores em educação que tiveram os descontos", assegura Júlio Pinheiro.

NELMA e Ronald Sarney vão celebrar a virada de ano no litoral pernambucano, com as filhas genros e netos. Lá já estão, hospedados no Summerville, a juíza Andréia Sarney e o empresário Fábio Moruzzi. Alina, e o marido, deputado Edilázio Jr., também passam a temporada de réveillon no resort de Muro Alto.

Open House do Café de La Musique São Luís

Uma festa para mais de mil pessoas marcou a chegada de um novo conceito em entretenimento para as férias e festas de fim de ano em São Luís.

A capital maranhense ganhou sua unidade do Café de La Musique, com projeto e ambientação assinados pela designer Cíntia Klamt Motta, que transformou a casa dos Smiths num charmoso "beach club" com linda vista para a praia do Calhau.

Agora é aproveitar a programação que vai até pô dia 5 de janeiro, sempre de quinta a domingo, incluindo uma caprichada festa de Réveillon, cuja atração principal será o DJ e ator global Bruno Gissoni.



Ronald e Nelma Sarney

Divulgação



Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, terá plantão judiciário

Fórum e cartórios de São Luís funcionarão durante o feriado

Plantões vão funcionar no dia 31 de dezembro e 1º de janeiro

Plantões de juízes das áreas cível e criminal no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e plantão em cartórios da capital garantirão o atendimento aos cidadãos nos dias 31 de dezembro (ponto facultativo) e 1º de janeiro (feriado), datas comemorativas do Ano-Novo.

O plantão para registro de óbito no dia 31, os interessados devem procurar o Cartório da 3ª zona (Avenida São Marçal, 261, João Paulo). Já no dia 1º de janeiro, certidões poderão ser obtidas no Cartório da 5ª zona (Rua Ribeiro do Amaral, nº 8, São Francisco).

Urgência - Funcionando 24 horas, o plantão do Fórum Desembargador Sarney Costa atende a todas as medidas de

urgência que se fizerem necessárias. Duas equipes compostas por juiz, secretário e oficial de Justiça garantem o atendimento nas competências cível e criminal no período.

Os contatos com os plantões podem ser feitos por meio dos telefones: (98) 8818-7951 (juiz) e 88027484 (secretário) - área criminal - e (98) 8811-3726 (juiz) e 8811-2153 (secretário) - área cível, incluindo ações de Juizados Especiais.

Os juízes auxiliares da capital Antonio Fernando dos Santos Machado e Lúcio Antonio Machado Vale respondem, respectivamente, pelos plantões criminal e cível até o dia 1º de janeiro, quando serão substituídos por outra equipe.

Os plantões se estendem por todo o recesso do Judiciário, até 20 de janeiro. A partir do dia 21, todos os serviços judiciais voltam a funcionar normalmente, inclusive as realizações de audiências.

CGJ instala malote digital para os cartórios

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, assinou um provimento no qual institui o malote digital (Sistema Hermes) como meio de comunicação oficial entre as serventias extrajudiciais (cartórios) do estado do Maranhão e entre estas e os órgãos do Poder Judiciário.

Ao elaborar o documento, o corregedor destacou que a Corregedoria Geral da Justiça é órgão de fiscalização, normatização e orientação administrativa das atividades das serventias extrajudiciais.

Cleones Cunha citou a Resolução nº 100, de 24 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a comunicação oficial, preferencialmente por meio eletrônico, via Sistema Hermes - Malote Digital.

O corregedor considerou ainda que o provimento é ato de caráter normativo e tem a finalidade de regulamentar, esclarecer ou interpretar a aplicação de dispositivos gerais, e que o princípio constitucional da eficiência reclama a adoção de meios mais céleres.

Medalha 200 anos do TJ do Maranhão

O deputado Sarney Filho foi um dos homenageados na cerimônia de comemoração do bicentenário do Tribunal de Justiça do Maranhão. O deputado recebeu a Medalha 200 anos, cunhada especialmente para a ocasião. A sessão solene ocorreu no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís, no dia 4 de novembro, e contou com a participação de representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Tribunal de Justiça do Maranhão teve sua corte instalada em 4 de novembro de 1813 e é considerado o terceiro mais antigo do Brasil. Em seu discurso, o presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, destacou a importância do tribunal na garantia do Estado Demo-

crático de Direito, acompanhando, ao longo de seus dois séculos de existência, as transformações econômicas e sociais do país e do estado.

A governadora Roseana Sarney, também homenageada, exaltou o trabalho realizado pelo tribunal, afirmando que “a força do Poder Judiciário em nosso estado é essencial para a manutenção plena dos demais poderes. A aplicação das leis é fundamental em qualquer sociedade, e com a seriedade dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, essa postura é ainda mais nítida”.

Após os discursos, foi inaugurada, também no Centro de Convenções, exposição com peças que contam a história da instituição, constituída por mostra de obras



*Presidente do TJ-MA
desembargador Guerreiro Júnior
entrega medalha ao deputado*

jurídicas, documentos raros e fotografias, entre outras.

“Acabo de ser agraciado com a medalha comemorativa pelos 200 anos do Tribu-

nal de Justiça do Estado do Maranhão. Sinto-me honrado pela homenagem do TJMA, que ao longo de sua história tanto tem contribuído para engrandecer o nome de nosso estado. A Constituinte representa um marco no processo de redemocratização do país”, afirmou o deputado,

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Empossado na última segunda-feira (23), no cargo de Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, o juiz José Américo Abreu Costa enfatizou que a dinâmica social exige uma Justiça cada vez mais atuante e que é preciso trabalhar de forma contínua para o aprimoramento dos serviços judiciais. Com 22 anos de magistratura, José Américo chega à Corregedoria afirmando estar entusiasmado em poder colaborar com a melhoria da administração judiciária. Destaca que somente o trabalho com seriedade e determinação resultará na oferta de uma Justiça cada vez mais ágil e mais célere ao cidadão. O magistrado assinalou, ainda, que os demais colegas que compõem o quadro de juízes corregedores seguirão as diretrizes traçadas pela corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, voltadas para a valorização da magistratura de 1º grau e ampliação do acesso dos cidadãos ao Sistema de Justiça.

PLANTÃO

Plantões de juízes das áreas cível e criminal no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e plantão em cartórios da capital garantem o atendimento aos cidadãos nos dias 31 de dezembro (ponto facultativo) e 1º de janeiro (feriado), datas comemorativas do Ano Novo. O plantão para registro de óbito no dia 31, os interessados devem procurar o Cartório da 3ª Zona (Avenida São Marçal, 261, João Paulo). Já no dia 1º de janeiro, a certidão poderá ser obtida no Cartório da 5ª zona (Rua Ribeiro do Amaral, nº 8, São Francisco).

- *Roseana cria Direção de Segurança dos Presídios*

PÁGINAS 2

Roseana cria Direção de Segurança dos Presídios

A governadora Roseana Sarney criou, ontem, a Direção de Segurança dos Presídios do Maranhão. A informação foi passada em nota distribuída, no fim da tarde, pela Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom).

Cada Diretoria está sob o comando de um oficial da Polícia Militar e passa a compor o organograma funcional de todos os presídios do estado, reforçando o trabalho das Diretorias Geral e Administrativa.

A Comissão de Investigação, criada logo após as denúncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também vai acompanhar a atuação dos trabalhos nos presídios.

Na nota, a Secom diz que “o Governo do Maranhão reitera que sempre agiu em conjunto com todos os setores que atuam na defesa dos direitos humanos, tal como a Defensoria Pública, e daqueles que promovem a garantia da Justiça e segurança. O agravamento da situação no Sistema Penitenciário ocorreu depois que foram tomadas medidas saneadoras, como a reestruturação das unidades prisionais, a mudança de comando nas Polícias Civil e Militar e na Sejap”.

“A Comissão de Investigação e a Direção de Segurança, que acabam de ser criadas, são medidas que reforçam o empenho do Governo do Maranhão para devolver à normalidade o sistema prisional do estado, assegurando os direitos e a integridade de todos”, finaliza a nota.

- *MA pode ter de pagar R\$ 24 milhões por mortes em presídio*

PÁGINAS 12 [C1]

Governo do MA pode ter de pagar R\$ 24 mi por mortes em presídio

O governo do Maranhão pode ter de desembolsar R\$ 24,5 milhões em indenizações para familiares de presos mortos de forma violenta no complexo prisional de Pedrinhas, em São Luís. O valor é uma projeção da Defensoria Pública do Maranhão, que ingressará com pedidos individuais de indenização pelas mortes.

Das 59 mortes ocorridas só neste ano no complexo, a Defensoria calcula que pelo menos 49 tenham sido causadas por ações cruéis. Para cada vítima, o órgão vai pedir à Justiça uma indenização de ao menos R\$ 500 mil. “É uma forma de pressionar o governo a investir na segurança dos presídios”, disse o defensor Paulo Rodrigues da Costa, chefe do Núcleo de Execuções Penais.

Apesar da ação, o “preconceito com o preso”, nas palavras de Costa, dificilmente levará a indenizações justas. Segundo o defensor, enquanto em casos de mortes em acidentes dos quais o Estado foi culpado os valores chegam a R\$ 300 mil, para mortes de presos é raro uma sentença atingir R\$ 100 mil.

“O governo parece preferir pagar indenizações baixas do que controlar a segurança no sistema carcerário”, afirmou.

Desde outubro, defensores fazem uma triagem das mortes em Pedrinhas. Identificadas as vítimas, o órgão faz contato com pa-

rentes. Pelo menos 20 deles já disseram à Defensoria que pretendem processar o Estado.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) entregou hoje ao STF (Supremo Tribunal Federal) um relatório sobre a situação em Pedrinhas. O documento baseia-se em visita ao complexo feita na semana passada por representantes do CNJ, do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) e por advogados.

Uma das denúncias que deve constar no relatório é a de que mulheres e irmãs de presos são estupradas dentro do presídio. A OEA (Organização dos Estados Americanos) manifestou preocupação com o número de mortos e cobrou do Maranhão medidas para coibir a violência.

A Procuradoria-Geral da República deu até dia 6 para a governadora Roseana Sarney (PMDB) explicar as falhas no sistema penitenciário. Promotor de Execuções Penais em São Luís, Carlos Avelar Silva defende a intervenção do governo federal no sistema penitenciário do MA.

Em nota, o governo informou que a Polícia Militar do Maranhão reforçará a segurança das penitenciárias do Estado e que uma diretoria de segurança militar será criada para cada unidade prisional e funcionará em paralelo às atuais diretorias.

(Folha Online)

Cidadão terá atendimento no fórum e cartórios de São Luís durante feriado

Plantões de juízes das áreas cível e criminal no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e plantão em cartórios da capital garantem o atendimento aos cidadãos nos dias 31 de dezembro (ponto facultativo) e 1º de janeiro (feriado), datas comemorativas do Ano Novo. O plantão para registro de óbito no dia 31, os interessados devem procurar o Cartório da 3ª Zona (Avenida São Marçal, 261, João Paulo). Já no dia 1º de janeiro, a certidão poderá ser obtida no Cartório da 5ª zona (Rua Ribeiro do Amaral, nº 8, São Francisco).

Urgência – Funcionando 24 horas, o plantão do Fórum Desembargador Sarney Costa atende a todas as medidas de urgência que se fizerem necessárias. Duas equipes compostas por juiz, secretário e oficial de Justiça garantem o

atendimento nas competências cível e criminal no período.

Os contatos com os plantões podem ser feitos através dos telefones: (98) 8818-7951 (juiz) e 8802-7484 (secretário) – área criminal – e (98) 8811-3726 (juiz) e 8811-2153 (secretário) – área cível, incluindo aí ações de Juizados Especiais.

Os juízes auxiliares da capital Antonio Fernando dos Santos Machado e Lúcio Antonio Machado Vale respondem, respectivamente, pelos plantões criminal e cível até o dia 1º de janeiro, quando serão substituídos por outra equipe.

Os plantões se estendem por todo o recesso do Judiciário, até 20 de janeiro. A partir do dia 21, todos os serviços judiciais voltam a funcionar normalmente, inclusive as realizações de audiências.



PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
COMARCA DE SÃO LUÍS - 10ª VARA CÍVEL

Fórum Doc. Sarney Costa, Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº, 6º Andar, Caixa: São Luís/MA,
Fone/Fax: (98) 3134-5600

EDITAL DE INTIMAÇÃO
com prazo de 15 (quinze) Dias

Reg. Distribuição : 43584-13.2013.8.10.0001
Denominação : Processo Cível e do Trabalho | Processo
Cautelar | Interpelação
Parte(s) Requerente(s) : MARAVILLE 1 - PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA
Parte(s) Requerida (s) : JOAO DAMASCENO PINTO

A DOUTORA SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO, JUÍZA
DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS,
CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et
cetera.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele
conhecimento tiverem, que fica **INTIMADO** a parte requerida, **JOAO
DAMASCENO PINTO**, atualmente, em lugar incerto e não sabido, para
efetuar o pagamento do débito, atualizado, no valor de **R\$ 16.805,92**
(dezesesse mil, oitocentos e cinco reais e noventa e dois centavos). E
para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no
futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de
costums, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos
da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: "Intime-se o interpedado por
edital. Decorridas 48 horas da devida intimação, entregue os autos à
parte independente de traslado."

Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do
Estado do Maranhão, na Secretaria da 10ª Vara Cível, Aos 10 de
dezembro de 2013. EU , Secretária Judicial, mandei
digitar e assinar.

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO
Juíza de Direito da 10ª Vara Cível da Capital



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013
PROCESSO Nº 41.525/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO PRESENCIAL**, Tipo **MENOR PREÇO**, **LOTE ÚNICO**, pelo Sistema de Registro de Preços, para locação de grupos geradores de energia elétrica a diesel, incluindo transporte, instalação, combustível, operação, manutenção e desinstalação, para utilização nos Fóruns da Comarca do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, bem como a possibilidade de eventuais instalações em locais onde houver unidades do Poder Judiciário. Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia **30/12/2013**, às **09:00 horas (horário local)**, está cancelada ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a conseqüente publicação do aviso.

São Luís, 27 de dezembro de 2013
ANDRÉ DE SOUSA MORENO
Pregoeiro Oficial do TJ/MA

Vara Cível de São Luís adota novo procedimento para processos do DPVAT

A 15ª Vara Cível de São Luís passou a adotar a uniformização dos juizados especiais para processos relativos a indenizações de seguro DPVAT. A medida visa à exigência de requerimento administrativo prévio para as ações judiciais de cobrança do pagamento das indenizações do benefício.

A uniformização decorre de decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que estabeleceram entendimento quanto ao prazo prescricional – limite de tempo que o requerente tem para ajuizar a ação indenizatória –, valor limite da ação em R\$ 13.500 e uso da tabela para pagamento da indenização conforme o grau da lesão. O posicionamento do STJ eliminou o conflito de entendimentos nas esferas judicial e administrativa.

Segundo o juiz titular da 15ª Vara Cível, Alexandre Lopes Abreu, a adoção da medida vai contribuir para dar mais celeridade aos 45 processos do seguro que hoje tramitam na unidade judicial.

“O que nos fez aderir a esta uniformização foi a ausência de conflitos entre a posição judicial e a administrativa, que foi pacificada pelo STJ. Como responsável pelo Centro de Conciliação, reconheço que deva ser reservado à apreciação do Judiciário aqueles temas que não podem ser resolvidos por outra

via e, no caso do DPVAT, hoje até nos postos dos Correios podem ser formulados pedidos de pagamento”, esclareceu o magistrado.

Com a adesão à uniformização o interessado deverá anexar ao processo o indeferimento do pedido administrativo por parte da seguradora. Também serão aceitas ações em que o requerente não concorda com o valor do pagamento. Caso os documentos não sejam anexados o requerente será chamado para juntá-los, sendo extinto o processo sem resolução se a solicitação não for atendida.

Padronização – Recentemente a Turma de Uniformização de Interpretação das Leis do Sistema de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça pacificou entendimento para resolução de processos indenizatórios do Seguro DPVAT, com a finalidade de padronizar e dar mais agilidade na tramitação dessas ações nos juizados.

Naquela oportunidade, além da exigência de documentação que comprove requerimento administrativo junto à operadora do seguro, a Turma também definiu que o prazo prescricional é de três anos a partir da ciência do beneficiário a respeito de sua lesão.

Partes que tenham interesse em obter mais informações devem ligar diretamente para a 15ª Vara Cível (98) 3194-5666.